

 **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais
Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2004**

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087 · 3001-401 Coimbra, Portugal
Telef +351 239 85 55 70 Fax + 351 239 85 55 89

**A
QUESTÃO
SOCIAL**

**NO NOVO
MILÉNIO**

email lusoafrobrasileiro@ces.uc.pt
url <http://www.ces.uc.pt/LAB2004>

**Educação/Formação/Investigação em São Tomé e
Príncipe - Será uma aposta do país no caminho
para o desenvolvimento?**

Maria Manuela Cardoso
CEA/ISCTE - Lisboa

A Educação/formação são hoje elementos integrantes e condicionantes do processo de desenvolvimento. E para os pequenos estados insulares em desenvolvimento, onde a instalação de actividades de carácter industrial são difíceis em resultado dos elevados custos de transporte e da pequenez de mercado, serão actividades ligadas à economia do conhecimento e informação que poderão impulsionar esses pequenos estados para patamares superiores do desenvolvimento.

Se na primeira fase do período pós independência, I República, de 1975-1990, São Tomé e Príncipe elegeu como um dos seus objectivos fundamentais a alfabetização em massa, no período seguinte, II República, (após 1990), o sistema de ensino deveria estar orientado para um outro nível, um nível de ensino que permitisse aos cidadãos intervir activamente no processo económico extrovertido.

A descoberta do petróleo e sua exploração ou a dinamização da actividade turística, apontadas como estratégias de desenvolvimento da II República, deveriam ter imposto novas dinâmicas em termos de educação e formação, de forma a tornar o povo santomense o grande beneficiário do desenvolvimento. No entanto, neste período já de liberalização económica, de abertura à iniciativa privada e ao exterior, o sistema educativo não esteve ainda vocacionado para os novos desafios que o país enfrenta.

Apesar do decreto-lei nº53/88 ter ditado a estrutura do Sistema Nacional de Educação durante toda a década de 90 até à publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo em 2003 (Lei nº2/ 2003), a formação não foi direccionada para o aproveitamento pela grande massa da população jovem dos benefícios a que as novas estratégias de desenvolvimento poderiam conduzir.

A caracterização do sistema educativo santomense impõe também que se recorde que São Tomé e Príncipe aderiu aos princípios da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jontiem, Tailândia, em 1990. A satisfação das necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, passariam pela aquisição de conhecimentos teóricos e práticos, formas de fazer, valores e atitudes, que em cada momento pudessem contribuir não só para a sobrevivência, mas para o desenvolvimento das capacidades, potenciando o acesso a uma vida e trabalho dignos, à participação no processo de desenvolvimento e na tomada de decisões. Isso exigia que se entendesse essa educação mais do que como mera renovação do compromisso com a educação básica, exigia uma ampliação dos recursos postos ao serviço dessa educação. São Tomé

e Príncipe assumiu orientar o seu sistema de ensino nesse sentido criando, para o efeito, uma comissão cujo papel seria a elaboração de um Plano de Acção Nacional para a concretização da Educação para Todos.

Esta comunicação procura caracterizar o Sistema Nacional de Educação de São Tomé e Príncipe apresentando a sua estrutura e alguns indicadores que permitem inferir a importância que a educação/formação mereceu por parte dos Governos da II República. Esta análise irá subordinar-se aos seguintes pontos:

- 1. Educação Geral;
- 2. Formação de Professores;
- 3. Educação Técnico-Profissional;
- 4. Ensino Superior
- 5. Conclusões

1. Educação Geral

A designada “Educação Geral” era considerado o eixo central do Sistema Nacional de Educação e compreendia a Educação Pré-escolar, o Ensino Primário, o Ensino Secundário Básico, o Ensino pré-universitário e o Ensino Especial e Vocacional¹.

O seu objectivo era *“assegurar o direito ao ensino a todas as crianças e jovens santomenses, com base na escolaridade obrigatória, contribuindo para garantir o acesso aos sucessivos níveis de ensino e a igualdade de oportunidades no acesso a uma profissão; dar uma formação integral, assente no conhecimento das ciências e da técnica, no desenvolvimento das capacidades intelectuais, físicas e manuais e na aquisição de uma educação multifacetada; desenvolver na juventude santomense as qualidades básicas inerentes a uma personalidade dotada de consciência nacional, patriótica, de respeito e amor pelo trabalho, pela propriedade social, pelo seu semelhante, dotada dos fundamentos da visão científica do mundo, de iniciativa e capacidade crítica; conceder formação que responda às necessidades materiais do desenvolvimento económico e social; detectar e incentivar aptidões, habilidades e*

¹ Decreto-lei nº53/88, artigo 10º.

capacidades especiais; proporcionar uma educação especial adequada às crianças e jovens deficientes”².

| | | | | |
|---|-----------------------------------|--------------|--------------|--|
| Nesse sentido, criada já da n.º 977 de Portaria n.º na II República | | 91/92 | 00/01 | a educação pré-escolar época colonial (Portaria 28/02/1947, reforçada 4765 de 1965), apresentava objectivos bem diferentes. |
| | N.º de creches | 148 | 42 | |
| | N.º de jardins de infância | 10 | 16 | |

Enquanto nessa época visava a disponibilização integral das mães para o trabalho nas roças e, assim, o aumento da produtividade, no período pós independência o objectivo era o desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais das crianças. Mas na II República, a privatização pelo Estado das Empresas Agrícolas/antigas roças, onde se localizava a maioria das creches, a indefinição da responsabilidade pela sua gestão, a falta de suporte físico e financeiro, a menor atenção dada ao sector social, consequências da mudança de política ocorrida na época e da aplicação do Programa de Ajustamento Estrutural, o seu carácter facultativo, foram factores que contribuíram para criar uma fissura grave no percurso escolar das crianças, em especial do meio rural. Esta política de subalternização do sector social conduziu ao encerramento de 90% das creches e jardins de infância no ano de 1992/93³.

Em consequência dessa situação a década de 90 foi marcada por um decréscimo drástico deste tipo de estabelecimentos de ensino (designadas por creches nas zonas rurais e jardins de infância nas zonas urbanas), como demonstram os dados do quadro seguinte.

Evolução do ensino pré-escolar ao longo dos anos 90

² Decreto-lei nº53/88, artigo 11º

³ Salvaterra (2002), p.41.

Fontes: Salvaterra (2002), p.13; * Ministério da Educação Juventude e Cultura (2001), p.11.

Com uma taxa de crescimento populacional anual média, entre 1991 e 1999 superior a 2%, com uma população extremamente jovem, a redução verificada nas escolas do ensino pré-escolar, poderá ter contribuído para uma maior desigualdade de oportunidades e um maior insucesso no ensino primário, em desfavor dos mais pobres, que são também os que residem nas zonas rurais, nomeadamente em antigas Empresas Agrícolas. Este decréscimo de estabelecimentos de ensino pré-escolar traduziu-se na diminuição da percentagem de crianças dentro do sistema: no lectivo de 2001/2002, 83,4% das crianças estariam fora do sistema pré-escolar⁴.

A situação deste nível de ensino não pode dissociar-se também do sistema de formação de educadores, aspecto que será referido de forma mais precisa no ponto seguinte. A formação de educadores esteve suspensa durante 10 anos, de 1990 a 2000, uma vez que a escola vocacionada para a formação de educadores e professores do ensino básico, foi extinta em 1990, só vindo a ser criada a nova escola em 2000.

Esta decisão apresenta-se contraditória com a aceitação dos princípios de Jontiem.

Sem formação de educadores e com salários desmotivadores *“o trabalho técnico oferecido nas creches mais desfavorecidas é deficiente devido ao facto das turmas estarem entregues a pessoal não qualificado, por carência de técnicos formados”*⁵.

Em relação ao **ensino primário** as escolas cobriam, nos anos 90, a maior parte do país. No entanto o equipamento era reduzido, e dada a elevada população escolar no grupo etário de frequência deste nível de ensino, funcionaram quase todas em regime duplo (cerca de 65% em 1999-2000)⁶ e algumas em regime triplo (43% por ano de escolaridade em 1995-96⁷), o que fazia baixar para 4 o número médio de horas lectivas diárias⁸.

⁴ Departamento de Planificação e Estatística do ME.

⁵ Salvaterra (2002), p.19.

⁶ Mingat (2001), p.20.

⁷ Mingat (2001), p. 20.

⁸ Mngat(2001), p.13.

A taxa de escolaridade de crianças entre os 6 e os 12 anos era, em média, no período de 1989-1991 de 96%⁹, tendo baixado para 68% em 2001. A reforçar este mau desempenho está o facto do ensino obrigatório nas zonas rurais estar restringido apenas de 4 anos uma vez que a 5ª e 6ª classes só existiam nas sedes de distrito, com acesso difícil a uma grande parte das crianças que residiam nas zonas rurais¹⁰. Para além disso, as deficientes instalações, a falta de materiais didácticos e de motivação de muitos professores, este último aspecto muito ligado aos baixos salários, não permitiram ir mais longe, nem em termos de população coberta nem em termos de qualidade de ensino.

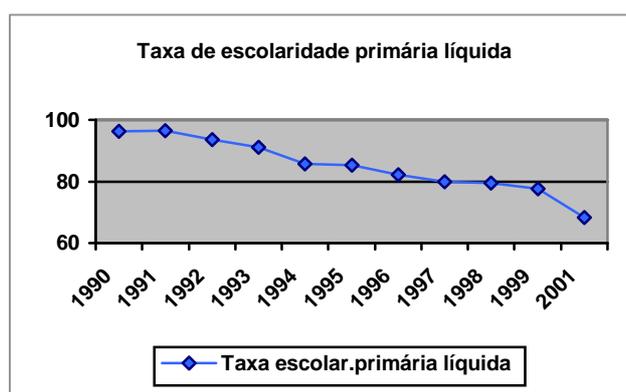
É de salientar também a deficiente formação dos professor das primeiras quatro classes, muitos sem qualquer preparação pedagógica e uma muito deficiente qualificação (51,2% em 1999-2000)¹¹.

A evolução da taxa de escolaridade primária líquida ao longo da década, apresentada no quadro seguinte, apresenta-se assim decrescente.

Taxa de escolaridade primária líquida

| 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2001 |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| 96,3 | 96,4 | 93,6 | 91,1 | 85,8 | 85,2 | 82,2 | 79,8 | 79,4 | 77,6 | 68,3* |

Fonte: Ministério da Educação, Juventude e Cultura (2001), p 16; * Salvaterra(2002), p.8



⁹ PNUD (1992), p.ix.

¹⁰ PNUD (1998-a), p.52-53.

¹¹ Mingat (2001), p.13.

Esta situação parece resultar não da diminuição do número de escolarizados, mas do aumento do número de não escolarizados, o que será resultado do aumento da população e da não oferta de maiores oportunidades de formação (que podem estar relacionadas com a inexistência de infraestruturas nas zonas de residência, com a falta de

ou mesmo à incentivo de

| | 91-92 | 94-95 | 95-96 | 98-99 | 99-00 |
|---------------------------|-------|--------|--------|-------|-------|
| Efectivo de alunos | 9 312 | 11 394 | 10 277 | 8 886 | 8 405 |

professores com a falta de

escolarização).

O **Ensino Secundário Básico** compreende a 5^a, 6^a, 7^a, 8^a e 9^a classes, de acordo com a lei nº53/88. Este nível de ensino seria teoricamente assegurado por professores com a 12^o classe e um curso específico com a duração mínima de três anos¹². Mas 80% destes professores não tinham qualquer formação específica¹³, eram estudantes da 11^a classe ou que já a tendo concluído esperavam a oportunidade de conseguirem uma bolsa para prosseguirem estudos.

Em termos práticos, o 9^o ano, já não era considerado ensino secundário, só existindo, até 1999, nas cidades de São Tomé e de Guadalupe.

A dificuldade de obter dados estatísticos em percentagem da população no grupo etário de frequência, leva a que apresentemos apenas valores absolutos. Estes apresentam-se decrescentes ao longo da década e com nível bastante baixo, atendendo à estrutura muito jovem da população de São Tomé e Príncipe.

Evolução do efectivo de alunos do ensino secundário básico (1^a-8^a classes)

¹² Decreto- lei nº53/88, Artigo 14^o, nº4.

¹³ PNUD (1998-a), p.26.

Fonte: INE-STP

O **ensino pré-universitário** correspondia às 10^a, 11^a e 12^a classes, estando disponível apenas num estabelecimento de ensino oficial, Liceu Nacional (herança da época colonial) e apenas até ao 11^o ano.

Para além desta escola oficial existia ensino pré-universitário privado, incluindo o 12^o ano com paralelismo pedagógico com Portugal (desde 1993) no Instituto Diocesano de Formação (escola que também disponibiliza o ensino secundário básico – 5^a à 9^a classes), instituição privada criada em 1989 pela igreja católica. É uma escola com ensino de qualidade, mas apenas acessível a uma pequena camada de jovens pela sua dimensão (270 vagas totais) e pelo valor das suas propinas.

Este nível de ensino não estava, ainda em 2003, disponível na ilha do Príncipe, não havendo também qualquer apoio económico para os estudantes desta ilha que desejassem a ele aceder, factor limitativo para os jovens daí oriundos, situação que se afigurava complicada quando nela se localiza a maioria das reservas de petróleo.

Os professores deste nível de ensino era suposto terem o bacharelato, como habilitação para a docência, mas havia muitos professores a leccionar disciplinas de uma área diferente daquela para a qual tinham formação e muitos outros sem qualquer formação pedagógica ou científica. Essa falha era parcialmente colmatada com professores cooperantes de vários países entre os quais Portugal e Nigéria.

O número de alunos que frequentava este nível de ensino era muito reduzido, como resultado da baixa taxa de escolaridade líquida nos níveis anteriores e por se concentrar numa única escola da capital.

O quadro seguinte apresenta a sua evolução:

Alunos matriculados no ensino pré-universitário (incluindo o 9^o ano)

| | 91-92 | 92-93 | 94-95 | 95-96 | 96-97 | 97-98 | 98-99 | 99-00 | 1991/92 |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|---------|
| Efectivo de alunos (9 classe) | 830 | 863 | 1 180 | 1 075 | 1 274 | 1 348 | 1 322 | 1 325 | – |
| Efectivo de alunos (10^a e 11^a classes) | 288 | 469 | 691 | 689 | 651 | 841 | 936 | 942 | 1999/00 |

Fonte: INE-STP

2. Formação de Professores

Vai-se incluir neste ponto quer a formação de docentes para o ensino básico, quer para o ensino pré-universitário.

Em relação ao primeiro, formação denominada Formação e Capacitação de Quadros Docentes procuraria assegurar a qualificação para o ensino pré-escolar, primário e secundário básico. Para isso os cursos deveriam ter a duração de 3 anos, incluindo estágio¹⁴.

No entanto, como já foi referido, não houve formação de professores para estes níveis de ensino durante toda a década de 90. A escola para essa formação (Escola de Formação e Superação de Quadros Docentes) encerrou em 1989/90, só tendo sido aberta uma nova, Escola de Formação de Professores e Educadores (EFOPE) em 2000. Houve, portanto, uma década em que a formação de professores foi inexistente, o que constituiu uma lacuna grave e contribuiu para a degradação do ensino primário, cujos reflexos vão para além desta data, uma vez que apenas em 2003/2004 se iniciou o primeiro ano de formação de professores. Esta situação apresenta-se tanto mais grave quando 61% dos professores do ensino básico tinham, em 1999, como habilitação máxima o 8^a ou 9^a classes.¹⁵

Para a formação de professores do ensino pré-universitário (10^o e 11^o anos) entrou em funcionamento em 1997/98 o Instituto Superior Pedagógico, com os cursos de 4 anos em Línguas e Literaturas Modernas, com regularidade anual, e de forma irregular os cursos de Matemática/Ciências, História/Geografia e Física/Química.

3. Educação Técnico-profissional

¹⁴ Decreto-lei n^o53/88, Artigo 18^o.

¹⁵ INE (1999), p. 14.

O ensino técnico-profissional “*constitui o principal instrumento para a materialização da política de formação da força de trabalho qualificado, em respeito às exigências do desenvolvimento económico e social do país*”¹⁶ e compreende 3 níveis: ensino elementar técnico-profissional, ensino básico técnico-profissional e ensino médio técnico profissional, de acordo com o citado decreto-lei.

Ao nível elementar foram surgindo, sob a tutela do Ministério do Trabalho, alguns cursos de curta duração (1 a 3 meses), em condições precárias. Apenas em 2002 foi construída a Escola de Formação Profissional de Budu Budu, doativo de Portugal no âmbito do programa PRED ¹⁷, com cursos de electricidade, construção civil, gestão, contabilidade, turismo, jardinagem e carpintaria/marcenaria.

Ao nível básico o ensino profissional existente foi disponibilizado pelo Centro Politécnico criado, em 1987, pela cooperação francesa, com cursos de Mecânica, Mecânica Auto, Electricidade e Construção Civil, cursos que conferiam equivalência ao 9º ano. Também ao nível básico existiu a curso técnico-profissional de enfermagem no Hospital Central Ayres de Meneses.

Ao nível médio surgiram, a partir de 2000, os novos cursos do Centro Politécnico, das valências existentes ao nível básico, mas agora com uma maior valia de formação, destinados a um número restrito de jovens (40 anuais). Recentemente a Escola de Enfermagem, já com instalações próprias, passou a conferir uma formação profissional de nível médio.

4. Ensino Superior e investigação

Existem duas escolas de ensino superior no país: O Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática, IUCAI, escola privada que iniciou o seu funcionamento em 1992 com duas licenciaturas de 5 anos: uma em Organização e Gestão de Empresas e outra em Informática e Gestão de Empresas, cada uma com 50 alunos. Os cursos têm o reconhecimento do Ministério da Educação de São Tomé e

¹⁶ Decreto-lei nº53/88, Artigo 24º, nº1.

¹⁷ Programa Regional de Educação para os PALOP.

Príncipe e a escola tem um protocolo com o ISCTE¹⁸, que permite aos alunos fazerem os 2 últimos anos da licenciatura nesta escola portuguesa. A outra já foi referida, Instituto Superior de Educação, ainda muito recente, e sobre a qual não foi possível com clareza, aferir da sua qualidade.

A restante formação de técnicos superiores faz-se no estrangeiro, através de bolsas pagas pela cooperação dos países receptores. Esta formação, parece não ter trazido a mais valia desejada para São Tomé, em consequência da sua fixação nos países de acolhimento, depois de concluída a formação.

Em relação à investigação, existem formalmente dois centros de investigação em São Tomé e Príncipe: o de Planeamento e Inovação Educativa e o CIAT (Centro de Investigação Agrária e Tecnológica). O primeiro, embora tendo entrado oficialmente em funcionamento em 2000, em finais de 2003 ainda não tinha desenvolvido qualquer actividade.

O CIAT (Centro de Investigação Agrária e Tecnológica) é um centro de investigação criado na época colonial, mas reapetrechado através de um projecto iniciado em 1994 e terminado em 2002 com apoio da cooperação francesa. O centro tem capacidade para a realização de ensaios relativamente a melhoria de sementes, nomeadamente café e cacau, detecção de pragas, análise de produtos alimentares, pelo que tem capacidade para dar apoio a pequenos agricultores o que tem sido concretizado por intermédio da ONG santomense (ADAPA) e a projectos de cooperação. Tem ainda capacidade para a recepção de estagiários ao nível da licenciatura e mestrado.

No entanto, este centro, apesar de contar com 66 trabalhadores, sendo a maioria quadros técnicos bem habilitados (agrónomos, biólogos e químicos), findo o período de intervenção da cooperação francesa, não conseguiu dar continuidade à sua acção de investigação e venda de serviços, que realizava em colaboração com o centro de investigação francês CIRAD, apesar de ser considerado um dos centros de investigação mais bem apetrechados e com melhor nível da África Ocidental. A falta de dinamismo, findo o período de intervenção da cooperação é notória neste e em quase todos os restantes projectos.

¹⁸ Segundo responsável da escola.

5. Conclusões

As condicionantes financeiras impostas pelo Programa de Ajustamento Estrutural, a falta de uma política concertada de desenvolvimento, a escassa importância dada na II República aos sectores sociais, a desarticulação entre os vários projectos de ajuda, não permitiram maior empenho na educação, incluindo a educação técnico-profissional e a investigação.

A educação pré-escolar beneficiou apenas uma reduzida percentagem de crianças, quase todas do meio urbano; A escolaridade básica apresentou um decréscimo; o ensino pré-universitário está concentrado apenas numa escola oficial na cidade de São Tomé; o ensino profissional é escasso e, com excepção do que tem sido conduzido pelo Centro Politécnico, tem sido deficiente; o ensino superior a nível oficial é inexistente e o privado ficou circunscrito às áreas da gestão; a formação dos docentes sofreu um corte com o encerramento da respectiva escola;

E tendo São Tomé e Príncipe uma população jovem, possui um dos recursos mais importantes ao processo de desenvolvimento, impondo-se um investimento educacional mais activo. Impõe-se um sistema de ensino mais democrático, no sentido de acessível à grande massa da população jovem, mas um ensino de qualidade, orientado para a capacitação da população para integrar o processo de desenvolvimento e dele beneficiar, atendendo às novas estratégias desenhadas para a economia santomense: exploração do petróleo e abertura à actividade turística.

